DOI: https://doi.org/10.23925/2175-3520.2025i59p1-3

AINDA NO FRONT DA EDUCAÇÃO? A UNIVERSIDADE COMO CAMPO DE DISPUTA E DEMOCRATIZAÇÃO EM MOVIMENTO

Still on the front of education?
University as field of dispute and democratization in motion

¿Aún en la vanguardia de la educación?
La universidad como campo de disputa y democratización en marcha

Thalita Catarina Decome Poker[1]; https://orcid.org/0000-0001-5123-0509

Ângela Fátima Soligo[2]; https://orcid.org/0000-0001-7056-664

Cecília Pescatore Alves[3]; https://orcid.org/0000-0002-6061-0180

Luciana Magalhães[4]; https://orcid.org/0000-0002-7677-6337

> "Não basta garantir a todos o acesso à escola. Essa medida é necessária, mas está longe de ser suficiente numa sociedade que se diz democrática [...] Faz-se necessário um empenho sincero de construção de uma escola baseada no respeito aos direitos das pessoas que nela trabalham e estudam." (PATTO, 2022, pp. 25–26)

Se a escola pode ocupar lugar de destaque entre dispositivos de reprodução da barbárie, como alerta Maria Helena Souza Patto (2022) ao problematizar a insuficiência do acesso como medida democratizante, a universidade não se encontra fora dessa equação. Ao contrário: quando observada no contexto contemporâneo brasileiro, ela revela novas camadas das tensões que atravessam a educação como campo estratégico de organização social em um país cuja formação colonial-escravocrata instituiu hierarquias duráveis de reconhecimento, saber e pertencimento.

Ainda estamos no *front* da educação – mas o *front* deslocou-se. Ele não se manifesta apenas na precarização da escola pública ou na intensificação de modelos militarizados na educação básica; adensa-se também na universidade pública, onde convivem, de forma paradoxal, a ampliação do acesso e a persistência de matrizes normativas que regulam pertencimento, excelência e legitimidade.

A expansão do ensino superior nas últimas décadas, respaldada pela Constituição Federal de 1988 e por políticas como o PROUNI (Lei nº 11.096/2005), a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) e a ampliação das Universidades Federais e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, alterou significativamente o perfil demográfico das universidades brasileiras (BRASIL, 1988; 2005; 2012). Contudo, a democratização do acesso não implicou, automaticamente, transformação estrutural da forma universitária. A presença ampliada de sujeitos historicamente excluídos expôs fraturas antes naturalizadas sob a égide de uma racionalidade meritocrática que universaliza critérios socialmente situados e converte desigualdades estruturais em responsabilidade individual, produzindo formas sofisticadas de violência ética (BUTLER, 2019).

A estabilização dessas matrizes normativas não se firma apenas por sua formalização institucional, mas também pela produção de disposições afetivas que tornam inteligíveis – e, por vezes, desejáveis – respostas orientadas à contenção da diferença. A militarização de

[1] Pós Doutoranda da Faculdade de Educação na Universidade Estadual de Campinas – FE/UNICAMP; Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP. E-mail: catarinadecome@gmail.com

[2] Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Educação, Departamento de Psicologia Educacional. Email: soligo@unicamp.br

[3] Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PEPG em Psicologia Social e Curso de Psicologia PUCSP. E-mail: cpesctore@uol.com.br

[4] Universidade de Taubaté (UNITAU), Programa de Pesquisa e Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação e Departamento de Ciências Sociais e Educação – Pedagogia; Coeditora da Revista Psicologia da Educação (PUC-SP). E-mail: luciana.magalhaes@unitau.br

escolas na educação básica pode ser lida, nesse sentido, como sintoma de uma busca por soluções autoritárias diante da complexidade social, sustentada por uma hegemonia emocional (AMARAL, 1997) que se desorganiza frente à emergência de sujeitos historicamente subalternizados.

Se, na educação básica, a contenção comparece sob forma explícita – fardas, comandos, ordenamentos rígidos –, no ensino superior a regulação assume contornos mais difusos e sofisticados. A exigência de produtividade contínua, a naturalização da meritocracia e a pressuposição de neutralidade científica constituem técnicas de governamento que operam pela interiorização das normas (FOUCAULT, 1979). O *front* universitário não veste farda; organiza-se por indicadores, avaliações e expectativas performáticas.

A universidade brasileira atravessa um momento histórico em que sua legitimidade deixa de ser pressuposto e passa a ser problema. O que está em disputa não é apenas financiamento ou expansão de vagas, mas as condições de possibilidade da própria instituição: quem pode habitá-la, sob quais normas, com que reconhecimento e sob quais regimes de verdade?

É nesse contexto que a Psicologia Escolar retorna como questão no ensino superior e na pós-graduação. Tradicionalmente vinculada à educação básica, ela passa a operar, na universidade, como campo capaz de ler as tramas institucionais que sustentam permanência, reconhecimento e exclusão. Ao deslocar-se para a graduação e a pós-graduação, a Psicologia Escolar não amplia apenas seu campo de atuação; ela confronta a própria universidade como dispositivo.

A questão que atravessa este editorial, e que estrutura esta edição especial, não é apenas se a universidade se democratizou, mas sob quais condições essa democratização se realiza. A presença ampliada de sujeitos historicamente excluídos produziu deslocamentos institucionais ou apenas expandiu o alcance de uma forma universitária que permanece estruturalmente homogênea?

Nesta edição especial tomamos essa pergunta como norte. Ao reunir pesquisas que abordam permanência, deficiência, dissidência de gênero/sexualidade, diversidade epistêmica e desigualdade racial no ensino superior e na pós-graduação, ele inscreve a Psicologia Escolar como campo que opera no interior desse *front* ampliado.

Permanecer, nesse contexto, não se reduz à continuidade formal da matrícula; implica atravessar expectativas institucionais historicamente configuradas em torno de autonomia irrestrita, produtividade constante e adequação normativa. O *front* universitário se apresenta, aqui, como naturalização da excelência como critério do universal abstrato. A meritocracia, quando abstraída das desigualdades históricas que estruturam o acesso ao capital cultural, opera como técnica de neutralização das diferenças ao deslocar para o sujeito a responsabilidade por obstáculos estruturais.

Em termos de análise institucional do discurso, não se trata apenas de identificar dispositivos localizados, mas de interrogar as condições de enunciação que tornam determinadas formas de existência universitária mais inteligíveis que outras (GUIRADO, 2009; 2010). A gestão disciplinar não se restringe à presença de agentes externos de controle; ela se atualiza na engenharia social dos lugares institucionais – nos editais, nos critérios de avaliação, nos regimes de produtividade e nas normas tácitas de pertencimento que definem quem pode ocupar, de modo não precário, a posição de estudante, pesquisador(a) ou docente.

Nesse horizonte, a diferença não comparece apenas como diversidade a ser incluída, mas como desvio a ser gerido no interior de uma gramática institucional orientada pela competitividade e pela performatividade. Posto isso, essa edição especial aqui apresentada tensiona essa matriz ao colocar no centro da análise a permanência de sujeitos tidos como disruptivos frente à forma universitária hegemônica.

Quando estudantes com deficiência demandam reorganização institucional; quando corpos não binários disputam o direito ao pronome; quando jovens negros ingressam por políticas afirmativas; quando agendas de pesquisa interrogam a colonialidade do saber – o que se revela não é a fragilidade desses sujeitos, mas a fragilidade das estruturas que os tomam como exceção.

Se ainda estamos no *front*, talvez seja porque a democratização do ensino superior expôs fraturas institucionais que antes permaneciam invisíveis. A presença ampliada de estudantes historicamente excluídos não produziu a crise da universidade; tornou visível a crise de uma forma universitária genealogicamente produzida sob pressupostos de homogeneidade.

Nesse cenário, a Psicologia Escolar/Educacional ocupa lugar ambíguo e decisivo. Pode contribuir para o ajustamento dos sujeitos às normas vigentes ou

operar como campo crítico, interrogando as condições institucionais que produzem sofrimento e exclusão. A escolha não é meramente técnica; é ética e política.

Esta edição especial recusa a redução da Psicologia Escolar a instrumento de contenção – seja ela explícita ou sofisticada. Ao reunir pesquisas que abordam permanência, diferença e produção de saber no ensino superior e na pós-graduação, inscreve-se a Psicologia Escolar/Educacional como prática que não se limita a administrar conflitos, mas que pode participar da redefinição das próprias normas que estruturam o espaço universitário.

Se ainda permanecemos no *front* da educação, é porque a disputa pelo sentido da formação nunca foi plenamente resolvida. O *front* não designa apenas precariedade ou conflito aberto; ele nomeia a zona de tensão na qual projetos de sociedade se confrontam.

Este número especial nasceu da proposta de três pesquisadoras comprometidas com uma Psicologia Escolar/Educacional crítica – as Profas. Dras. Thalita Catarina Decome Poker, Ângela Fátima Soligo e Cecília Pescatore Alves – e contou com a colaboração inestimável de Luciana Magalhães, Claudia Leite e Carolina Telis para sua concretização. Destacamos, ainda, a preciosa atuação da Profa. Ms. Carolina Telis Garcia, que, na função de gerente editorial, tem sido fundamental em cada etapa deste processo, assim como a presença diligente da Profa. Dra. Claudia da Silva Leite, sempre pronta a contribuir com o conjunto das atividades de produção da Revista. Agradecemos, também, às(aos) pareceristas, cujas leituras criteriosas foram decisivas para a qualidade deste número especial, bem como ao cuidadoso e rigoroso trabalho de editoração eletrônica realizado por Waldir Alves, da EDUC – Editora da PUC-SP.

Referências

AMARAL, Lígia Assumpção. *O espelho convexo: o corpo desviante no imaginário coletivo pela voz da literatura infantojuvenil*. 1997. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. *Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.* Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 jan. 2005.

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.* Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012.

BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

GUIRADO, Marlene. *Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

GUIRADO, Marlene. *Análise institucional do discurso como analítica da subjetividade*. São Paulo: Annablume, 2010.

PATTO, Maria Helena Souza. *Exercícios de indignação: escritos de educação e psicologia*. São Paulo: Cortez, 2022.

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.